

Diamantina de Lobo de Mesquita

A descoberta do ouro no interior do Brasil no século XVIII foi acompanhada de um processo de urbanização, até então nunca visto na Colônia. O primeiro núcleo de povoamento na área mineradora se deu em torno do ribeirão do Tripuí, que mais tarde deu origem a Vila Rica. A partir desta região central, a ocupação se irradiou em todas as direções. Assim, ao se iniciar o século XVIII, havia exploração de ouro também nas minas de Sabará, do Serro do Frio, de Caeté, de Vila Rica, entre outras, que juntas compunham o que veio a ser chamado de “as Minas Gerais”. A fama das descobertas logo circulou, e enormes contingentes populacionais começaram a se deslocar para o local.

A interiorização da colonização para as Minas foi possível a partir da interligação de diferentes rotas que foram abertas quase simultaneamente a partir de São Paulo e da Bahia e, mais tardiamente, por volta de 1725, diretamente do Rio de Janeiro. Ao longo do século XVIII, eram três os caminhos principais que, como vértices de um triângulo, ligavam o litoral à capitania. A primeira ligação foi feita a partir de São Paulo, e este trecho ficou conhecido como *Caminho Paulista* ou *Caminho Velho*. Já os que vinham da Bahia atingiam as Minas pelo *Caminho da Bahia*, ou dos *Currais do Sertão*. Finalmente, havia o caminho do Rio de Janeiro, mais conhecido como *Caminho Novo* ou *Caminho do Garcia*. Uma vez na capitania, essas três estradas principais se ramificavam em inúmeros trechos que interligavam as áreas de ocupação mais antigas e as mais recentes.

Ao contrário das outras regiões, nas Minas Gerais proibiu-se a instalação das ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, que tinham sido fundamentais até esse momento para a difusão da fé católica no além-mar.

Coube então aos próprios moradores, em parceria com o Estado, a organização das práticas religiosas, com a criação das Irmandades, que cuidavam da construção e da manutenção das igrejas e capelas, da celebração dos cultos, dos enterros e das festividades religiosas.

As igrejas e suas ornamentações internas seguiam o gosto da época, que hoje definimos como um estilo artístico – o Barroco. Este caracterizou-se pelo jogo do claro-escuro, pelo gosto pelo simulacro, pelo uso da curva, pelo exagero, pela deformação como forma de acentuar a impressão causada por uma imagem. O ambiente interior das igrejas devia conduzir o fiel a uma experiência mística, imprimindo a sensação de estar flutuando entre o céu e a terra, numa verdadeira elevação espiritual. Inúmeros artistas foram contratados pelas irmandades para realizar trabalhos artísticos de arquitetura, pintura, escultura e ornamentação. Os mais conhecidos foram o escultor, entalhador e arquiteto Antônio Francisco Lisboa (1730/38-1814), o Aleijadinho, e o pintor Manuel da Costa Ataíde (1762-1830), ícones de toda uma gama de artífices que trabalharam na região ao longo do século. O Barroco foi muito mais que um estilo artístico. O que hoje denominamos cultura barroca marcou todas as manifestações da vida na época, inclusive a linguagem, as formas de vestir e o comportamento em público. Eram manifestações exteriores de como o homem via a si próprio e a sociedade à qual pertencia, pois os signos de sua cultura estavam inscritos em todos os elementos da época, começando pela própria ordenação do espaço urbano.

Em fins de 1709, como resultado da Guerra dos Emboabas, foi criada a capitania de São Paulo e Minas

do Ouro. A guerra opôs, de um lado, os paulistas, que se consideravam detentores de privilégios por terem descoberto as minas; e, do outro lado, os recém-chegados – portugueses, baianos, pernambucanos etc., genericamente apelidados de “emboabas” pelos paulistas. O primeiro governador dessa nova capitania, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1655-1725), tratou de dar uma ordenação administrativa inicial à região. Para tanto, levantou as primeiras vilas a partir dos maiores núcleos urbanos já existentes: Vila Rica, Vila de Nossa Senhora do Carmo e Vila de Nossa Senhora do Sabará. A criação das vilas era essencial à organização institucional portuguesa. Nelas erigia-se o pelourinho, monumento geralmente em pedra, que simbolizava a submissão à Coroa. Também aí se instituíam as Câmaras Municipais, órgãos fundamentais de controle e de participação da elite no governo local, e também responsável pela regulamentação do espaço e do abastecimento urbano. Eram nas vilas também que se estabeleciam os principais postos administrativos, inclusive os responsáveis pela cobrança dos impostos.

Em 1720, a população da região das Minas de Ouro já havia atingido a marca dos 250 mil habitantes, entre brancos, escravos e libertos. Com o objetivo de diminuir a distância entre a sede do governo e a população da área, nesse ano, Dom João V criou a capitania das Minas Gerais, desmembrada da de São Paulo. O primeiro governador da nova capitania, Dom Lourenço de Almeida (1680-1750), tomou posse a 18 de agosto de 1721, na Vila do Carmo. Uma de suas primeiras providências foi a instalação da sede do governo em Vila Rica, a fim de poder observar mais de perto os súditos.

A economia mineradora criou uma sociedade urbanizada, altamente miscigenada, com o alargamento das camadas médias urbanas, mas, tal como a região açucareira, fortemente baseada no trabalho escravo. No início do século XVIII, numa frase emblemática, o padre Antonil preconizou a simbiose existente entre a economia açucareira e o trabalho escravo ao afirmar que “*os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho*”. Sua afirmação pode ser facilmente estendida à região mineradora, pois, nos dizeres da época, “*sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda*”.

Uma das características marcantes das Minas Gerais, ao longo do século XVIII, foi o aparecimento de uma significativa camada de libertos, chamados também de forros, porque alcançavam a liberdade por meio das *cartas de alforria*. Esta camada que se aglomerou nos núcleos urbanos mineradores não usufruía do mesmo *status* dos livres, estes correspondendo geralmente à população branca, na maioria das vezes originária de Portugal. Já os forros eram constituídos por segmentos da população negra, índia, ou mestiça, isto é, os chamados “homens e mulheres de cor”. Minas Gerais contou não só com o maior plantel de escravos da colônia como também ostentou a maior população forra da época.

A riqueza originada pela mineração na capitania foi tanta que o ouro e os diamantes provocaram uma reorientação da dinâmica do Império português no setecentos com o progressivo deslocamento do seu centro econômico para o Brasil. Calcula-se que, só nas Minas Gerais, ao longo do século XVIII, a produção oficial de ouro totalizou o montante de 650 toneladas e a de diamantes atingiu a assombrosa cifra de pouco mais de três milhões de quilates. Mas, apesar dessa riqueza, durante todo esse período, a tarefa de coletar os impostos foi espinhosa para a Coroa. O principal tributo era o *Quinto*, imposto que, por direito régio, incidia sobre qualquer produção metálica, no caso sobre o ouro, e que deveria ser equivalente a um quinto da produção, o que nem sempre se verificou. De fato, a cobrança do *Quinto* foi marcada por particularidades e, ao longo do século XVIII, variaram os montantes e as formas de cobrança. Frequentemente, as autoridades tinham que negociar a taxa a ser tributada, e as Câmaras tiveram importante papel nessas negociações. Apenas a partir de 1750 foi estabelecido o valor de vinte por cento sobre a produção oficial.

A tributação sobre os diamantes foi mais complexa e, enquanto a extração esteve entregue aos particulares, entre 1720 e 1734, foi estabelecida a taxa de *capitação*, que era uma taxa anual, cujo valor variou ao longo do século, e que incidia sobre a mão-de-obra escrava empregada nas lavras. Em 1734, estabeleceu-se a Demarcação Diamantina, que se tratava de um quadrilátero em torno do Arraial do Tejuco, onde habitavam o Contratador e o Intendente dos diamantes. Nesse ano, e até 1739, a exploração do diamante foi proibida com vista à elevação do preço do quilate no mercado mundial. Entre 1739 e 1771, a Coroa estabeleceu um novo sistema de exploração dos diamantes, aparentemente mais fácil de ser controlado: contratos que seriam arrematados de quatro em quatro anos, por um único interessado ou em sociedade. A partir de 1740, foram celebrados seis contratos, alguns dos quais foram renovados, estendendo assim o período de quatro anos originalmente estabelecido. O desembargador João Fernandes de Oliveira (1728-?), companheiro da famosa Chica da Silva (?-1796), foi o mais conhecido dos contratadores de diamantes. A partir de 1772, a Coroa assumiu integralmente a produção diamantífera, criando uma empresa para tal fim, a Real Extração dos Diamantes, sistema que permaneceu em vigor até depois da Independência.

O Arraial do Tejuco, centro da Demarcação Diamantina, surgiu anteriormente à descoberta dos diamantes, com a exploração do ouro nos rios Piruruca e Grande, exclusivamente auríferos. Entre os anos de 1720 e 1750, o pequeno arraial começou a crescer à medida que os achados de diamantes se avolumavam nos rios. O centro do povoado, formado em torno da praça onde foi construída a igreja matriz de Santo Antônio, adquiriu uma feição “quadrangular, concentrada e reticular”, diferentemente dos demais núcleos

urbanos das Minas Gerais, geralmente mais espalhados e desordenados. À distância, o arraial parecia um pequeno presépio, devido à simplicidade e rusticidade das casas e capelas, construídas em taipa e pedra. As construções pintadas de branco elevavam-se umas às outras, serpenteando morro acima, salpicadas por entre os quintais de árvores frutíferas, flores e legumes, parecendo um oásis em meio à paisagem inóspita e pedregosa. As casas, caiadas por fora, eram cobertas de telhas.

No Tejuco, inicialmente, as irmandades se abrigaram no interior da igreja matriz, onde possuíam seus quatro altares laterais, destacando-se as irmandades de Nosso Senhor dos Passos, Nossa Senhora do Terço, das Almas e do Santíssimo Sacramento, que abrigavam principalmente os brancos livres. Depois foram construídas as igrejas do Rosário dos Pretos, Nossa Senhora do Carmo, São Francisco, Mercês, Amparo, Bonfim e outras.

O Arraial do Tejuco não era uma aglomeração pequena para os padrões da época. No início do século XIX, o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire deslumbrou-se com o ambiente de luxo e abundância que ali reinava, e com a pujança do comércio local, onde as lojas estavam abastecidas de objetos importados, como louças inglesas e da Índia, tudo transportado em lombo de burro. Foi no Tejuco que Saint-Hilaire encontrou o ambiente intelectual mais fértil da capitania, onde a elite instruída era capaz de falar fluentemente o francês. Desde a década de 1750, o arraial possuía uma Casa da

Ópera, onde eram encenadas as peças conhecidas da época. Também as irmandades contratavam músicos para escrever e executar peças inéditas para as diferentes festas anuais, entre elas, as da Semana Santa, a Quarta-feira de Cinzas, o Corpo de Deus ou *Corpus Christi* e o Senhor dos Passos. O compositor mulato José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita destacou-se entre os cerca de cento e vinte músicos que atuaram no Tejuco durante o século XVIII, tornando-se seu mais conhecido representante.

O censo por domicílios, realizado no Tejuco em 1774, revelou que, entre os 511 chefes de domicílios, havia uma proximidade no número de forros e livres. Na sociedade diamantinense, portanto, houve espaço para que homens e mulheres de cor alcançassem a alforria. Uma vez inseridos no mundo dos livres, muitos deles acumularam bens e misturaram-se à sociedade branca e livre do arraial. Sua presença, ainda que marcante, foi relegada ao esquecimento. Os livros de história quando, esporadicamente, registraram a existência desses libertos e de sua descendência mestiça, o fizeram quase sempre como exceção. É o caso da ex-escrava parda Chica da Silva, que utilizara-se da sensualidade das mulheres de cor para conquistar o coração do poderoso contratador dos diamantes. Apesar de esquecida, a história da região mineradora, especialmente da área diamantina, esteve atavicamente ligada à presença dessa população de cor.

Júnia Ferreira Furtado
(Universidade Federal de Minas Gerais)

BIBLIOGRAFIA

- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. 254p.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Irmandades mineiras e missas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n.15, p.19-27, mar. 1996.
- COSTA, Antônio Gilberto; FURTADO, Júnia F.; RINGER, Friedrich E.; SANTOS, Márcia Maria D. *Cartografia da conquista das Minas*. Lisboa: Kappa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 245p.
- FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 403p.
- _____. *Cultura e sociedade no Brasil colônia*. São Paulo: Atual, 2000. 96p.
- _____. *O livro da capa verde: a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Anna Blume, 1996. 234p.
- ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 319p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 233p.
- VASCONCELOS, Silvío de. A formação urbana do Arraial do Tejuco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.14, p.121-134, 1959.